



VOZ DO SERVIDOR

SINDICATO DOS SERVIDORES PÚBLICOS EFETIVOS DE SÃO GONÇALO - RIO DE JANEIRO. PRESIDENTE: EWERTON LUIZ
SÃO GONÇALO ANO 3 Nº 4 EDIÇÃO TRIMESTRAL JAN-MAR DE 2021

LEI 173/20: CONHEÇA OS DIREITOS ADQUIRIDOS QUE NÃO PODEM SER ENQUADRADOS. PÁG. 3

20 DE JANEIRO DE 2021

SÃO GONÇALO CHORA AS

1.153

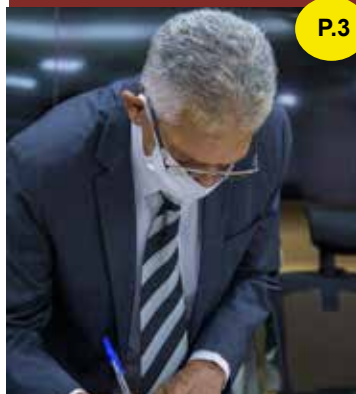
VÍTIMAS DE COVID-19

O Sindspef abraça todas as famílias enlutadas pela perda de seus entes queridos para essa pandemia que deixará marcas profundas em todos nós. Foi feito um esforço muito grande para que não atingíssemos essa marca de vítimas fatais em nosso município, mas infelizmente aconteceu. Mas nos conforta o coração saber que todos os profissionais, envolvidos ou não diretamente, deram o melhor de si para frear o avanço do vírus mortal, principalmente aqueles que nos deixaram por causa dessa doença devidamente lembrados nessa edição. Páginas 4, 5 e 12.

© picture-alliance/AP Photo/S. Izquier

DESAFIOS DO NOVO PREFEITO

Capitão Nelson quer valorizar servidor



P.3

Pelo menos esse foi o desejo manifestado em entrevista concedida ao Sindspef no período de pré-campanha eleitoral. E o prefeito mostrou coerência, ao nomear servidores efetivos para cargos de primeiro e segundo escalões.

FUNASG

Fundação conta com equipe multidisciplinar



P.10

A Servidora Rosana dos Santos Reis (foto) conta pra gente o que é e como funciona a Fundação Municipal de Assistência à Saúde dos Servidores de São Gonçalo, à luz dos modelos de saúde pública multidisciplinar ao alcance do funcionalismo.

O FANTASMA DOS 14%...

... ronda os servidores de São Gonçalo



P.11

Em 2020 os servidores conseguiram barrar a reforma administrativa no município que elevaria a contribuição no contracheque de 11% para 14%. Embora o atual prefeito seja contra a taxaço, devemos ficar alertas para não deixar essa passar.

FALA, SERVIDOR!



Um imaginário tóxico deprecia o serviço público

Por Eliane Gomes

Fala servidor(a)!

Sua voz que é tão única e preciosa. Voz que precisa ser ouvida. Voz tão precisa. É a tua voz que traduz experiências que somente quem serve à população e respeita o chão que pisa nas políticas públicas têm capacidade para falar. É você que amolda a educação, a saúde, a assistência social, a segurança pública, a habitação, a previdência social, a limpeza urbana e tantos serviços públicos essenciais para a população.

É contigo que a população conta. Embora os dias sejam duros: não estamos sós. Demorei algum tempo para entender o sentido dessa missão e a dimensão dessa luta,

posto que um imaginário tóxico deprecia o serviço público, mas deve ser seriamente desconstruído. Por isso, a dimensão de nossa luta e a importância da nossa voz é tão real: que haja respeito, dignidade e reconhecimento do quanto a função histórica e constitucional do serviço público é fundamental para a população. Então, partilho aqui minha voz desejando àqueles(as) que não estejam em nosso lugar que exercitem alteridade. Esperando – como ensinou Paulo Freire – por dias melhores, por ecos mais sonoros, por reciprocidade. Que novos tempos tragam renovados e legítimos sentidos a nossa voz.

Diretoria e Corpo técnico



Dr. Alexandre Reinol
Advogado



Dra. Sônia Reinol
Advogada



Dr. Alan Dantas
Advogado



Thais Mendes
Gerente



Fátima Freitas
Financeiro



Priscila Moreno
Financeiro



Grampola Ilekkè Ollá
Recepção



Lorena Lessa
Estagiária Jurídico



Gabriel de Abreu
Estagiário Jurídico

EXPEDIENTE

Sindicato dos Servidores Públicos Efetivos de São Gonçalo - SINDSPEF-SG.

CNPJ: 05.208.698/0001-59. Rua Simeão Custódio, 48 - Centro SG/RJ.

Tel.: (21) 3858-3765 ou 3858-3766 WhatsApp: (21) 98563-4282.

Comunicação e Imprensa: Agência AB



O primeiro método para estimar a inteligência de um governante é olhar para os homens que tem à sua volta.

Nicolau Maquiavel (1469-1527)

Diretoria pronta para nova gestão



Por aclamação em eleição realizada no dia 14/10/2020, os servidores elegeram em chapa única a nova diretoria para a gestão 2021-25. Foram eleitos como presidente Ewerton Luiz, vice-presidente Nívia Angélica, secretária Viviane Ribeiro, Tesoureiro

Márcio Villela, diretora de Valorização Profissional Rejane Coutinho e diretor Institucional, Thiago Fonseca.

A Diretoria tem o desafio imediato de liderar os servidores em busca de conquistas a partir de reivindicações históricas da categoria, que

inclui com o a criação do Plano de Carreira, Cargos e Salários (PCCS) digno e atraente para todo o funcionalismo, a reposição salarial que hoje já acumula quase 20% de perdas e a garantia da data-base em março como determina a Lei Orgânica.

INFORME SINDSPEF

Conselho Fiscal é fortalecido no Estatuto

O Sindspef realizou uma modernização em seu estatuto em 2019, e dentre as mudanças, criou o conselho fiscal eletivo. Antes da mudança, o Conselho era escolhido pela Diretoria Eleita, o que poderia gerar conflitos de interesse. Assim, foram eleitas como conselheiras fiscais Ana Maria Oliveira e Clerineia Ramos (foto).



Pesquisa: servidores atestam transparência do Sindspef

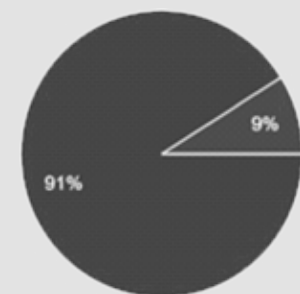
Com o objetivo de galgar melhorias para o Sindspef, a Diretoria Executiva em 2019 e 2020 aplicou uma pesquisa de satisfação entre seus associados para avaliarem qual a perspectiva dos seus beneficiários.

Em ambas as pesquisas, foram registrados pouco mais de 10% de participação do total do número de associados, o que consideramos como baixa adesão considerando que o método aplicado é dinâmico, rápido e prático.

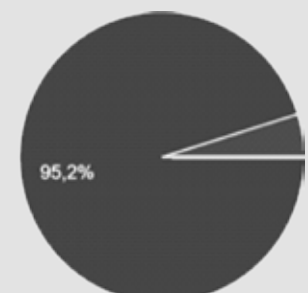
Damos destaque ao percentual de transparência, onde

em 2019, 91% dos participantes consideram a instituição transparente em seus atos tendo uma melhora nesse quesito (95%) em 2020.

Sabemos que ter unanimidade é inviável, porém nos perguntamos o que falta para os outros 5% dos associados considerarem a instituição clara em seus métodos? Cumprimos todas as obrigações quanto as assembleias de prestação de contas e ativamos o Conselho Fiscal com atuação ativa, com relatórios anexados e disponíveis na instituição.



2019



2020

LC 173/2020 não pode usurpar direitos adquiridos do servidor

Enquadramento de nível, pagamento de triênio e quinquênio, licença prêmio entre outros fogem o alcance da lei

As medidas de isolamento social, necessárias para reduzir a velocidade do contágio da população com o novo coronavírus, impõem uma série de desafios para os trabalhadores, as empresas e os governos. Os obstáculos impostos pela pandemia, que se adicionam à crise política e econômica em curso, afetam tanto a oferta quanto a procura por bens e serviços.

A perda do emprego, a redução de salários permitida pela MP nº 9361 e as dificuldades para as negociações de reposição da inflação estão entre os muitos fatores que contribuem para o declínio da renda das famílias e provocam queda na demanda.

O fechamento ou diminuição do nível de atividade das fábricas e lojas, por outro lado, reduz a oferta de bens e serviços. Nessa situação, em que a capacidade de atendimento do sistema público de saúde e os programas de assistência social precisam ser ampliados, a arrecadação de tributos é atingida em cheio.

A estimativa do Ministério da Economia em abril de 2020 foi de uma queda nesse mesmo ano da ordem de 30% na arrecadação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) e do Imposto sobre Serviços (ISS) em relação a 2019, se considerados os meses de maio a outubro. Foi nesse o contexto em que



Huve protestos contra o congelamentos dos reajustes dos salários dos servidores

foi aprovada a Lei Complementar nº 173/2020, sancionada pelo presidente da República em 27 de maio de 2020, que criou o Programa Federativo de Enfrentamento ao Coronavírus, para prestar auxílio financeiro de até R\$ 125 bilhões aos estados, Distrito Federal e municípios. Uma parte desses recursos foi transferida diretamente aos entes; e outra parte foi concedida por meio da suspensão de dívidas e reestruturação de operações de crédito com a União.

As contrapartidas exigidas para tanto são o congelamento dos vencimentos dos servidores públicos, bem como o de todos os gastos obrigatórios dos governos locais até o fim de 2021, estendendo a Emenda Constitucional 95 (também conhecida como Emenda do Teto) a estados, DF e municípios.

Embora a proposta original versasse apenas sobre o socorro financeiro a ser realizado pela União Federal em razão da pandemia da

COVID-19, a verdade é que o texto sofreu alterações durante o processo legislativo.

E, desse modo, também passou a dispor sobre um conjunto de proibições que devem ser observados pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em relação ao funcionalismo público. É o caso do inciso I do artigo 8º da LC 173/2020 no que dispõe:

Artigo 8º: Na hipótese de que trata o artigo 65 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios afetados pela calamidade pública decorrente da pandemia da COVID-19 ficam proibidos, até 31 de dezembro de 2021, de:

I – conceder, a qualquer título, vantagem, aumento, reajuste ou adequação de remuneração a membros de Poder ou de órgão, servidores e empregados públicos e militares, exceto quando derivado de sentença judicial transitada em julgado ou de determinação legal anterior à calamidade pública;

Considerando a redação citada, é compreensível que surjam algumas dúvidas sobre o alcance da proibição, no sentido de ser possível – ou não – a concessão de direitos como a enquadramento de nível, inclusive nível de carreira, implementação de adicional de qualificação profissional, pagamento de triênio e quinquênio, licença prêmio entre outros.

Ocorre, contudo, que tais direitos estão expressamente previstos em leis publicadas anteriormente à declaração de calamidade pública e, portanto, incluem-se entre as parcelas expressamente excepcionadas pela LC 173/2020, de modo que a sua concessão não pode, sob qualquer justificativa, ser obstada.

Trata-se de observância ao conteúdo do artigo 5º, XXXVI, da Constituição Federal no que determina que todas as novas legislações, por ocasião da sua elaboração e publicação, devem observar

o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada:

Artigo 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no país a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

XXXVI – a lei não prejudicará o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada;

É nesse mesmo sentido a conclusão que se faz impositiva a partir da análise do processo legislativo que resultou na redação final dada à LC 173/2020.

Portanto, todos os direitos já previstos em Leis Municipais de São Gonçalo, editadas anteriormente ao estado de calamidade da COVID-19, ao nosso entender, garantem a continuidade do pagamento dos seus respectivos benefícios aos servidores públicos gonçalenses.

Sendo assim, caso qualquer servidor tenha tido o seu direito negado pela administração sob a justificativa do que está estabelecido na Lei Complementar n. 173/2020, sugerimos que procure o sindicato para ingressar com sua devida ação judicial.

Nosso jurídico funciona de segunda a sexta, das 09:00 às 18:00h com horário marcado.

Sindspef lado a lado com o servidor durante a pandemia

Sindicato atuou na linha de frente nas cobranças ao governo pela segurança dos servidores

Desde 13 de março de 2020 o gonçalense convive oficialmente com a pandemia de Covid-19 no município. Nesta data, o então prefeito José Luiz Nanci baixou um decreto que ordenou todas as medidas de combate à disseminação do novo coronavírus em São Gonçalo. Dentre as mais importantes, a implantação da quarentena, regras de isolamento social e a realocação dos profissionais e das unidades de saúde perante à nova realidade da pandemia.

Esta nova realidade que se impôs foi muito difícil e dolorosa para toda a população, mas principalmente para os profissionais que atuam na linha de frente nos hospitais, UMPAS e postos de saúde, os mais vulneráveis à infecção desse vírus letal. A falta de testes e de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) nas unidades de saúde foram os primeiros desafios a serem superados para que os profissionais pudessem trabalhar com segurança e o mínimo de dignidade. Graças à união dos servidores em torno do Sindspef, que atuou junto à Justiça primeiro, e depois junto à Secretaria de Saúde para resolver tal impasse, estes dois problemas seriam logo resolvidos, evitando um mal maior dessa crise sanitária junto à categoria e, por extensão, à sociedade, que pôde ser melhor atendida



Sindspef conseguiu garantir Equipamentos de Individual (EPIs) e o programa de testagem

ao procurar as unidades de saúde de São Gonçalo.

Mesmo assim, a nova doença ceifou mais de mil vidas até o início de janeiro, muitas delas, infelizmente, nossos colegas servidores, profissionais de saúde e de outras secretarias, principalmente a de Educação, que teve o maior número de perdas na Prefeitura.

- Dentre as conquistas dos servidores, destaco duas em especial que são muito significativas. No início da

pandemia havia uma preocupação mundial com uma possível falta de EPIs para os profissionais de saúde. Nós não nos resignamos e não aceitamos que os profissionais de saúde ficassem desprotegidos por causa da falta desses equipamentos nas unidades de saúde. Entramos na Justiça em abril para resguardar os servidores nos seus ambientes de trabalho, impedindo que se tornassem locais de insalubridade.

Em decisão liminar, a Justiça garantiu à categoria o fornecimento de EPIs pela Prefeitura. E em junho, obtivemos uma outra grande vitória que foi a obtenção de um plano permanente de testagem elaborado pela Secretaria com o sindicato para os trabalhadores da linha de frente de combate à pandemia. Todo esse esforço, porém, não foi suficiente para evitarmos as mortes que tivemos no município.

Por isso, como presidente desta instituição e como cidadão, lamento profundamente as perdas que tivemos de colegas e entes queridos para essa doença. Mas a nossa missão é continuar lutando para proteger servidores e sociedade de uma situação que poderia ser ainda mais grave. A pandemia só vai acabar pra valer quando todos estiverem vacinados - disse Ewerthon Luiz, presidente do Sindspef.

Conquistas que fazem toda diferença

As vitórias só foram possíveis devido a participação massiva dos servidores para que a Prefeitura atendesse as demandas

Além de garantia de EPIs e do plano de testagem em massa, os servidores da área da saúde obtiveram importantes conquistas ao longo da pandemia. O Sindspef pressionou e conseguiu o Adicional Covid de 30% sobre o salário base para os profissionais lotados nas unidades de urgência e emergência e agora luta para levar o mes-

mo adicional para Atenção Básica.

Em março, o Ipasg acatou pedido do sindicato para suspender temporariamente a prova de vida para os servidores aposentados e o recadastramento presencial. A suspensão foi prorrogada para final de fevereiro.

- Tivemos uma atuação muito ativa durante a pandemia. Qualquer vacilo po-

deria ser encarado como omissão porque o momento é muito grave e tende a ficar pior se relaxarmos os cuidados agora nessa segunda onda de casos da infecção. Há uma nova variante do vírus ainda mais agressiva. Não podemos baixar a guarda. Por isso contamos com os servidores - finaliza Ewerton Luiz.

1

Adicional Covid de 30%

Conseguimos adicional de Covid através da Lei 1176/2020 pagando 30% sobre o vencimento base lotados na urgência e emergência. Luta é pra levar o benefício aos profissionais da Atenção Básica.

2

Suspensão de prova de vida no Ipasg

Pedimos e conseguimos do Ipasg o cancelamento de qualquer evento presencial, como prova de vida e recadastramento, para evitar aglomeração de idosos no instituto.

3

Afastamento de servidores

Agilizamos junto ao governo o afastamento de profissionais da Educação com comorbidades no auge da pandemia no município. A resolução continua valendo até o momento.

4

Profissionais da Maternidade

Dencunciamos as péssimas condições de trabalho dos profissionais da enfermagem ao Conselho de Enfermagem (Coren) que fez vistorias no local, que logo após normalizou a situação.

5

Pronto Socorro Infantil

Entre abril e junho a situação no PSI estava muito crítica. O Sindspef e o Coren fizeram vistoria a pedido dos profissionais que identificou algumas irregularidades que foram logo resolvidas pela gestão.

São Gonçalo define plano para vacinação



André Vargas, secretário de Saúde de SG.

A Secretaria de Saúde de São Gonçalo recebeu 320 mil seringas do Estado no sábado (16/1) como parte do planejamento de vacinação contra a covid-19, que terá, a princípio, 23 locais de imunização espalhados pela cidade. Os idosos serão vacinados em casa, assim como aconteceu com a vacinação da gripe no ano passado. A vacinação faz parte do Plano Nacional de Imunização que teve início oficial em 20/1.

O planejamento prevê a vacinação dos trabalhadores da saúde, idosos com mais de 75 anos e institucionalizados (aqueles que estão em asilos e outras instituições) e indígenas na primeira fase. Em São Gonçalo, serão cerca de 50 mil pessoas.

Para garantir a qualidade das vacinas, as geladeiras domésticas das salas de imunização estão sendo substituídas por novas câmaras de conservação. São 90 no total. As câmaras garantem que as vacinas permaneçam eficientes mesmo com falta de luz durante 24 horas.

Vamos seguir as determinações do Ministério da Saúde. Já disponibilizamos 23 unidades de saúde para a aplicação da vacina, mas eles

podem ser ampliados conforme a demanda. Os idosos serão vacinados em casa", disse o secretário municipal de saúde, Dr. André Vargas.

A segunda fase deve contemplar idosos de 60 a 74 anos; a terceira será para pessoas com comorbidades (como portadores de doenças renais crônicas e cardiovasculares); a quarta fase será para professores, forças de segurança e salvamento, funcionários do sistema prisional e população privada de liberdade. As datas das fases ainda serão definidas pelo Ministério da Saúde e podem sofrer alterações.

- Nós servidores estamos prontos para entrar e vencer esta guerra. A maneira mais eficaz de barrar as infecções é através da vacina. Desde já colocamos a nossa sede, logística e nossos recursos humanos à disposição da campanha - disse Nivia Angélica, vice-presidente do Sindspef.

A vacina contra a covid-19 é contraindicada para menores de 18 anos, gestantes e para pessoas que já apresentaram reação anafilática confirmada a qualquer componente da vacina.

“O servidor é o

Prefeito Capitão Nelson Ruas, também servidor, p

Reivindicações históricas dos servidores

Diálogo permanente com a categoria.

Criação do Conselho de Política de Administração e de Remuneração de Pessoal.

Data-base e reajuste anual até o mês de março, conforme determina Lei Orgânica.

Criação e Implementação do Plano de Carreira, Cargos e Salários (PCCS).

Garantir às presidências da Funasg e do Ipasg a servidores municipais.

Normatizar eleições diretas para diretores de escolas da rede municipal.

Convocar imediatamente os concursados aprovados em 2016.

Realizar os estudos de impacto dos reajustes salariais não realizados ao longo dos anos.

- Sinalizou que pode acontecer
- Não sinalizou ainda
- Aconteceu



O patrimônio do município”

prometeu diálogo com a categoria e criação do PCCS durante seu governo

O Prefeito Nelson Ruas dos Santos, 62 anos, servidor público estadual, Capitão reformado da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro (PMERJ), foi o escolhido pelos gonçalenses para governar o município pelos próximos quatro anos, na eleição mais disputada na cidade desde a redemocratização do país em 1988. São Gonçalo saiu do pleito literalmente dividida ao meio, mas no que se refere aos servidores da Prefeitura, o novo prefeito sinaliza convergir para as pautas e reivindicações históricas do funcionalismo municipal. Percepção essa, construída ainda no processo eleitoral e que agora encontra respaldo nas primeiras ações de governo do novo prefeito.

Em entrevista concedida a este sindicato em 24 de agosto de 2020 (aliás, a única feita de modo presencial na sede do Sindspef), o então pré-candidato à Prefeitura foi assertivo em exaltar o papel dos servidores na administração pública e em eleger como prioridade uma profunda reforma administrativa que tenha como foco a criação e implantação do Plano de Carreira, Cargos e Salários para todo o funcionalismo, além do que já existe para os servidores da Educação, que possuem o seu elogiado PCCS desde 2003. Plano este, e aqui cabe o registro, que teve como principal personagem dessa conquista o então

secretário de Educação e ícone gonçalense, Helter Jerônimo Barcellos, falecido no dia 4 de janeiro de 2021, aos 84 anos de idade.

- Quero deixar claro que sou servidor público estadual. Eu vou puxar sardinha para nossa brasa (risos). O servidor público é o patrimônio do município porque ele é a memória técnica e administrativa do município, diferentemente dos funcionários comissionados que entram e saem dependendo de cada gestão. O servidor sabe como tocar a administração. Por isso que a gente entende que o servidor tem que ser valorizado.



O servidor sabe como tocar a administração. Por isso que a gente entende que o servidor tem que ser valorizado com um Plano de Carreira dentro de uma reforma administrativa.

Por isso, precisamos fazer o mais rápido possível uma reforma administrativa que contemple um Plano de Carreira para os servidores - disse o então pré-candidato Capitão Nelson em resposta à pergunta da sabatina realizada pelo Sindspef e transmitida ao vivo nas redes sociais e no canal do Youtube do sindicato. Só no Facebook foram mais de 8 mil visualizações no dia da transmissão.

Na mesma ocasião, o então pré-candidato admitiu o constrangimento gerado após a decisão da Câmara de Vereadores em retirar o Adicional de Desempenho Funcional (ADF) dos servidores, na fática Sessão de 13 de dezembro de 2017. Segundo Nelson Ruas, a proposta de retirada do ADF dos servidores estava condicionada à criação do PCCS pelo governo Nanci, o que não foi cumprido.

- O governo (Nanci) veio com a proposta de se criar o Plano de Carreira. Mas para isso, tinha que revogar o ADF. Eu tive que acreditar, assim como outros vereadores que embarcaram na mesma canoa que eu. Nós acreditamos que esse Plano seria elaborado e enviado para Câmara para votação, o que não aconteceu, infelizmente - lamentou Nelson, que prometeu ter uma relação de “servidor para servidor” com o Sindspef, reconhecendo o papel fundamental dos sindicatos para melhorar a vida dos trabalhadores: “Estarei sempre disposto a ouvir o sindicato, ainda mais num ano difícil (2021). Pode contar comigo para toda hora”, reafirmou.

Já empossado em 1º de janeiro, Nelson Ruas mostrou coerência em sua primeira medida como prefeito nomeando servidores públicos efetivos como secretários e subsecretários de pastas-chave na gestão, como Administração, Educação, Fazenda e o Ipassg, que continua sendo presidido por Marcelle Cipriane, servidora concursada do Instituto.

Conheça os servidores nomeados para as secretarias

Secretário de Administração: Bruno Cerqueira Ribeiro - Analista processual concursado da Secretaria de Trabalho da Prefeitura. Formado em Direito.



Subsecretário de Administração: Felipe Rodrigues Soares, formado em gestão pública e especialista em Direito público, servidor concursado.



Secretário de Educação: Lícia Damasceno, nutricionista, professora, gestora escolar, administradora, supervisora e orientadora educacional.



Secretário de Fazenda: Pedro Luciano de Lemos Franco, já atuou como subsecretário de Tributos. Servidor público concursado para a área.



Subsecretário de Urgência e Emergência: Luiz Fermano Fonseca. Médico da rede pública, foi diretor no Pronto Socorro Central, do Heat e do Hospital Franciscano.



Subsecretário de Controle Interno: Edson Pestana Vieira, formado em Contabilidade, servidor concursado da SMCi.



Subsecretário de Fiscalização de Posturas e Ordenamento Urbano: Randhal Juliano Barreto, professor-servidor público.



Presidente do Ipassg: Marcelle Cipriane, em seu segundo mandato, bacharel em direito, servidora concursada do Ipassg.



Presidente da Funasg: Mariangela Valvieste, professora, psicóloga, servidora da secretaria de Educação.






FAÇA SEU PLANO DE SAÚDE GNDI SEM PRECISAR SAIR DE CASA!

Corretor autorizado AllCare.
Para mais informações, entre em contato comigo pelo WhatsApp:

ERALDO DE OLIVEIRA SILVA
eraldo.oliveirasg@gmail.com
(21) 96729-5097

Linha SMART 200 a partir de:
R\$ 113,05*
Com coparticipação Enfermaria - 0 a 18 anos

Preços válidos até Março / 2021.

CLUBE DE DESCONTOS



Além dos benefícios, o Sindspef tem super descontos com empresas parceiras para os servidores. Dá uma olhada, você vai gostar!



A Rede Diniz possui mais de 100 lojas e, pelo seu tamanho, consegue grandes descontos em óculos, lentes, serviços e outros produtos. De cara, os servidores conseguem 20% de desconto. Aposentados: 25%!



Ninguém vive mais sem o inglês, não é? Pelo menos para quem busca uma boa colocação no mercado de trabalho. O Instituto Easy chegou abalando em São Gonçalo com um método de ensino que você aprende rapidinho a língua. E, claro, com super desconto!



A Estácio é uma das maiores universidades do Brasil e, tá sentado? O servidor tem 50% de desconto na mensalidade durante todo o curso e paga apenas R\$ 49,00 nos três primeiros meses na Unidade Alcântara. Conheça os cursos e faça a Estácio!

OBS: Consulte campanha em vigência.

Ligue pra gente:

☎ 21 3858-3765 ☎ 21 3858-3766 ☎ 21 98563-4282

BOM BARATO E POPULAR.

EXAMES - CONSULTAS - INTERNAÇÃO*

REAJUSTE SÓ EM MARÇO/2021

PLANOS DE SAÚDE A PARTIR DE

125,93**

SAÚDE **ASSIM**

Hospital de Clínicas São Gonçalo
Hospital São Lucas
Assim Medical Niterói

FALE COM O SEU CORRETOR AUTORIZADO

ERALDO DE OLIVEIRA SILVA
eraldo.oliveirasg@gmail.com
(21) 96729-5097

PLANO PARA SERVIDOR PÚBLICO



*Consulte o descritivo de coberturas em sua proposta de adesão. **Preço para o plano Assim Mais para beneficiários de 0 a 18 anos, ingressos na entidade de classe de Funcionários do Comércio.

As Administradoras de Benefícios

Assim Saúde

Pousada para Idosos Leão de Judá

- Oferecemos:
- *Quartos climatizados
- *6 Refeições diárias
- *Assistência médica
- *Enfermagem 24hrs
- *Nutricionista
- *Terapeuta ocupacional



Agende logo sua visita. Invista em que você ama!
Ambiente: Familiar e aconchegante.



Contatos:

99136-9976 ☎ / 98590-4486 / 98670-0515 ☎

📷 pousada_para_idosos
📧 pousadaleaodejuda2@hotmail.com

📍 Pousada para Idosos Leão de Judá
📍 Rua Ana Cristina, nº 121 - Colubandê - SG.

“Cuidando com o Amor que nos foi dado.”

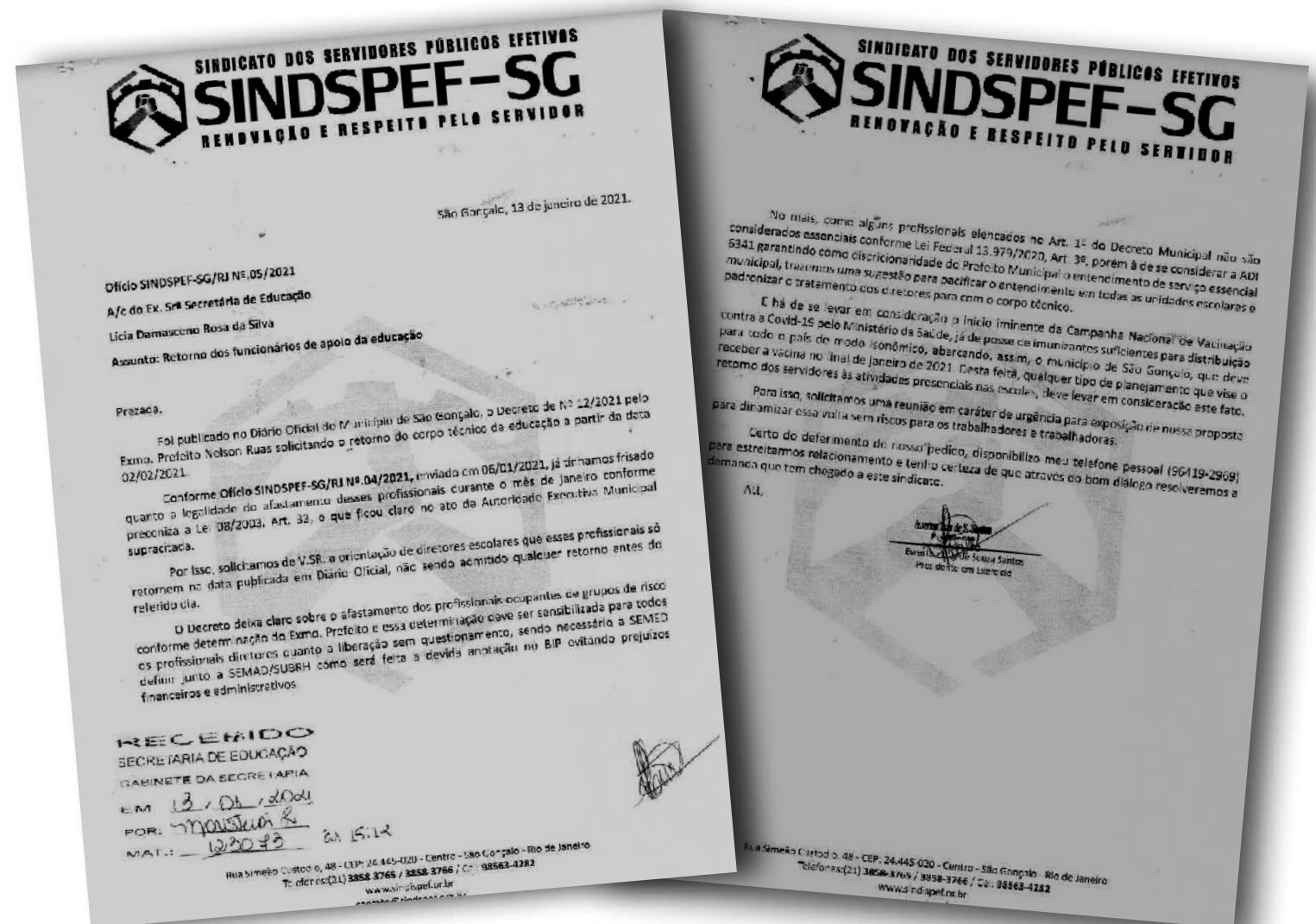
Faz sentido retorno das atividades presenciais nas escolas?

Semed convocou servidores. Sinspef pediu esclarecimentos sobre o alcance da medida

A resposta é não, não faz nenhum sentido, por três razões muito simples: 1. A pandemia do coronavírus ainda não acabou, pelo contrário, estamos numa segunda onda ainda mais grave que a primeira; 2. As aulas presenciais ainda não têm data prevista de retorno, logo não há movimentação nas escolas e; 3. A campanha de vacinação começou de modo ainda muito tímido e somente atingirá os profissionais da Educação na fase 4 da campanha de vacinação anunciada pela Secretaria de Saúde, ou seja, em maio ou junho.

Por essas razões que o Sindspef e toda a comunidade escolar receberam com estranheza as orientações do Decreto 012/2021 assinado pelo sr. prefeito Capitão Nelson Ruas, no Diário Oficial do dia 11 de janeiro, que ordena o retorno de todos os profissionais da Educação, com a exceção dos professores regentes, que atuam diretamente com os estudantes em sala de aula, no dia 2 de fevereiro.

- Nós achamos um contrassenso essa medida, porque a razão de ser desses profissionais é a escola aberta funcionando de modo pleno. Se não terão aulas presenciais, não faz sentido o retorno às atividades presenciais. Por isso apelamos para que a Secretária Licia Damasceno volte atrás - disse Ewerton Luiz, presidente do Sindspef.



Merendeiras e inspetores devem voltar ao trabalho

O Decreto 012/2021 determina o retorno de diretores, secretários escolares, auxiliares de secretaria, vigias, porteiros, professores e orientadores pedagógicos e orientadores educacionais, inspetores e merendeiras às atividades presenciais. Os professores regentes ficam de fora dessa resolução.

Para entender essa e outras

medidas administrativas tomadas pela secretária Licia Damasceno em nome da Secretaria de Educação (Semed), o Sinspef enviou dois ofícios pedindo esclarecimentos e justificativas sobre o retorno dos servidores ao trabalho num período pra lá de crítico da pandemia, onde há aumento sensível no número de interna-

ções e mortes pela covid-19 na cidade. O que, por si só, exige maior endurecimento nas medidas de isolamento social e não o contrário.

- Essa pandemia tem nos causado uma mal enorme, mas não há mal maior que a morte. Falta pouco para nos vermos livre desse vírus e voltarmos aos poucos à vida normal. Se o vírus

mata, a ansiedade também. Pra que inspetor se não tem quem inspecionar? Pra que merendeira, se não quem almoçar ou jantar na escola? - finaliza Ewerton Luiz.

O Sindspef espera a Semed se manifestar a respeito da campanha de vacinação em São Gonçalo, e se isso irá impactar o retorno ao trabalho dos servidores.

SECRETARIAS

Servidora Rosana dos Santos Reis narrou como a Fundação funciona Sendo composta de uma equipe multidisciplinar dos mais variados profissionais de saúde, altamente qualificados.

Funasg e o bem-estar dos servidores

A FUNASG - Fundação Municipal de Assistência à Saúde dos Servidores de São Gonçalo, à luz dos modelos de saúde pública, visa proporcionar um atendimento de qualidade e excelência aos servidores públicos municipais e seus dependentes, tendo abrangência nos níveis primário, secundário e terciário. Sendo composta de uma equipe multidisciplinar dos mais variados profissionais de saúde, altamente qualificados. Dessa forma tem um papel de grande relevância no cenário da saúde da cidade. Sendo criada pelo projeto de lei nº 375/2011, no dia 15 de setembro de 2011.

Essa entidade desenvolve ações de estratégias preventivas e curativas. Além de proporcionar projetos que corroboram para a melhoria da qualidade de vida do município. A Fundação funciona com atendimento ambulatorial, e é necessário realizar a marcação de consulta pelo telefone para obter atendimento médico.

Na área médica temos as especialidades de Cardiologia, Endocrinologia, Pediatria, Neurologia, Dermatologia e Clínico Geral.

Para a enfermagem atribui a verificação de sinais vitais do paciente, a realização do ECG, auxiliar o médico no que for necessário, a organização

de consultórios, reposição de insumos entre outros.

A fisioterapia visa a prevenção, diagnóstico e a reabilitação do servidor. A fisioterapia realiza diagnóstico cinesiológico funcional, atuando principalmente no nível de prevenção terciária. Com base neste para traçar o programa de tratamento para reabilitação dos pacientes. A massoterapia realiza massagens terapêuticas como pré cinético.

No que diz respeito à saúde mental temos profissionais como as psicólogas. E a assistente social que busca acolher e atender as necessidades de saúde de cada um.

A instituição possui uma equipe multidisciplinar que é composta por psicólogas, fonoaudiólogas, fisioterapeutas, massoterapeuta, dentistas, nutricionista, assistente social, enfermagem e médicos.

Somos um time formado por diferentes tipos de profissionais com o objetivo da promoção da saúde, da prevenção e do tratamento de doenças que são acometidos a cada indivíduo de uma forma singular.

Temos convênios com clínicas para realizar exames de ultrassonografia, Raio X, ecocardiograma, e exames de análises clínicas.

SINDSPEF-SG

Por Rosana dos Santos Reis



Ela foi criada para você servidor e seus dependentes. Venha para Funasg nós cuidamos de você.

Na grande maioria somos sindicalizados e com o apoio do Sindspef e da gestão foi instaurada em 2020 uma comissão de Plano de cargos, carreiras e salários - PCCS da Funasg.

Baseando na qualificação profissional, igualdade, legalidade, impessoalidade e moralidade. Objetivando na valorização e incentivo do servidor efetivo.

Por isso estamos otimistas que o encerramento dessa comissão será através de um resultado positivo.



PACOTE PARA A FAMÍLIA
R\$ 20,00

CREMAÇÃO: R\$ 10,00
Individual por pessoa

21 98563-4282
21 3858-3765 21 3858-3766



Clube de Assistência dos Servidores Públicos

O CLASP é nosso parceiro há muitos anos e todo mundo adora! Por apenas R\$ 35, você tem acesso a todos os serviços do SESC-SG, além de descontos incríveis em pousadas e hotéis e outros benefícios.

21 3858-3765
21 98563-4282



PLANO BÁSICO: R\$ 16,65

21 98563-4282
21 3858-3765 21 3858-3766

Servidores devem estar vigilantes



Arte a partir de desenho de Milton César

UMA BATALHA FOI GANHA, MAS A GUERRA PARA BARRAR A REFORMA DA PREVIDÊNCIA AINDA NÃO ACABOU

MILTON CÉSAR.

Os servidores têm plena consciência do pacote de maldades criado contra os trabalhadores brasileiros pelo menos desde 2016: reforma trabalhista e reforma da previdência despontam como os maiores ataques já cometidos contra quem realmente produz riqueza e bem-estar ao país. Sem falar da reforma administrativa que, na prática, acaba com o serviço público, à espreita, pronta para ser apreciada no Congresso Nacional pela pior leva de deputados e senadores da história desse

país. E um fantasma ronda os servidores do município de São Gonçalo: o fantasma dos 14% de desconto previdenciário de nosso salário.

Vamos fazer um breve histórico. No final de 2019, os parlamentares aprovam a Emenda Constitucional (EC 103) que alterou para pior o sistema de previdência brasileiro para os trabalhadores contribuintes do INSS e dos servidores federais de regime previdenciário próprio, similar ao nosso IPASG. No caso dos servidores federais, além de terem que traba-

lhar mais para se aposentar, terão também que contribuir mais, passando de uma alíquota-base de 11% para 14%. Como não foi possível, devido a pressão, incluir os servidores estaduais e municipais nesta PEC, criou-se uma outra no Senado, a PEC 133, para completar o serviço, que ainda não foi aprovada na Câmara.

O governo federal, através do Ministério da Economia, já conta com o ovo no fiofó da galinha, ou seja, a aprovação da PEC 133, e pressiona em forma de chantagem, esta-

dos e municípios a fazerem suas reformas. E em São Gonçalo, essa pressão se transformou na Mensagem Executiva 08/2020, nos mesmos moldes da reforma feita goela abaixo dos servidores federais. Ou seja: trabalhar mais, e pagar mais para se aposentar, com uma alíquota de 14%. Essa Mensagem seria votada em julho de 2020, mas a pressão dos servidores em cima dos vereadores barrou a medida, considerada injusta até pelo atual prefeito Capitão Nelson Ruas em entrevista ao Sindspef quando ainda era

pré-candidato à Prefeitura.

- Nós não devemos pagar pela incompetência ou má-fé dos governos. O Ipasg, mesmo com o problema de proporcionalidade entre ativos e aposentados, era para estar superavitário. Não está, porque foram anos de irresponsabilidade do executivo que não pagou a sua parte e nem repassou os nossos descontos. Sabemos que a chantagem do governo federal é grande, mas não aceitamos pagar o pato - observou Ewerton Luiz, presidente do Sindspef.

O Sindspef presta homenagem aos bravos servidores que tombaram no combate à Covid-19, mas que serão eternamente lembrados.



Mariangela Vieira, auxiliar de enfermagem.



Professora Luciara Soares.



Enfermeira Daniele Azevedo.



Dr. Augusto Senna, médico, ex-vereador.



Dr. Olavo, médico.



Professora Érika Ferreira.



Guarda Municipal Magalhães.



Dr. Paulo Sampaio, médico.



Máxima Regina Silva de Souza, auxiliar de enfermagem.



Dr. Joao Codeceira, médico.



Marisa Elena, auxiliar de enfermagem.



Professor Sérgio.



Luzinea dos Santos Florentino, auxiliar de enfermagem.



Dr. Eduardo Vildoso, médico.



Guarda Municipal Pereira.



Ronilson Costa, apoio técnico.